



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

**Contribuições
e avanços do MMA**
para o cumprimento das
Metas de Kunming-Montreal



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidência da República

Presidente

Luís Inácio Lula da Silva

Vice-Presidente

Geraldo Alckmin

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

Ministra

Marina Silva

Secretaria – Executiva

Secretário - Executivo

João Paulo Ribeiro Capobianco

Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais

Secretária

Rita de Cássia Guimarães Mesquita

Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial

Secretário

André Rodolfo de Lima

Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental

Secretário

Adalberto Felício Maluf Filho

Secretaria Nacional de Bioeconomia

Secretária

Carina Mendonça Pimenta

Secretaria Nacional de Mudança do Clima

Secretária

Ana Toni

Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável

Secretária

Edel Nazaré Santiago de Moraes

Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro

Presidente

Sérgio Besserman Vianna

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

Presidente

Rodrigo Antônio de Agostinho Mendonça

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Presidente

Mauro Oliveira Pires

Serviço Florestal Brasileiro

Diretor Geral

Garó Joseph Batmanian

Contribuições e avanços do MMA

para o cumprimento das
Metas de Kunming–Montreal

Coordenação da produção técnica:

Carlos Eduardo Marinelli MMA/SBIO

Colaboração Técnica:

Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade/
DCBIO/SBIO/MMA
Departamento de Áreas Protegidas/DAP/SBIO/MMA
Departamento de Florestas/DFLO/SBIO/MMA
Departamento de Proteção, Defesa e Direitos Animais /DPDA/
SBIO/MMA
Departamento de Oceano e Gestão Costeira/Doceano/SMC/MMA
Departamento de Políticas de Estímulo à Bioeconomia/DPEB/SBC/MMA
Departamento de Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros/
DPES/SBC/MMA
Departamento de Patrimônio Genético/DPG/SBC/MMA
Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas, Acesso à
Água e Uso Múltiplos dos Recursos Hídricos/DRBH/SNPCT/MMA
Departamento de Políticas de Gestão Ambiental Rural/DGAR/SNPCT/MMA
Departamento de Gestão Socioambiental e Povos e Comunidades
Tradicionais/DPCT/SNPCT/MMA

Departamento de Combate à Desertificação/DCDE/SNPCT/MMA
Departamento de Políticas de Controle do Desmatamento e
Queimadas/DPCD/SEDC/MMA
Departamento de Ordenamento Ambiental Territorial/DOT/SECD/MMA
Departamento de Qualidade Ambiental/DQA/SQA/MMA
Departamento de Meio Ambiente Urbano/DMUR/SQA/MMA
Departamento de Educação Ambiental e Cidadania/DEA/SECEX/MMA
Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento/DCM/SFB
Diretoria de Fomento Florestal/DFE/SFB
Diretoria de Biodiversidade e Florestas/DBFLO/Ibama
Diretoria de Qualidade Ambiental/DIQUA/Ibama
Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação/DIMAN/
ICMBio
Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade/
DIBIO/ICMBio
Diretoria de Pesquisa Científica/JBRJ/DIPEQ

Revisão de Texto:

Aline Costa Santos das Neves

Tradução:

Júlia Soares de Lima
Letícia Rodrigues de Carvalho

Equipe de Produção:

Carlos Eduardo Marinelli/SBIO/MMA
Fabiana Mauro/ASL Brasil

Apoio Técnico dos Projetos:

Karoline Diniz/GEF/AP
Márcia Coura/GEF AP/
Mayne Moreira/GEF/AP
Ícaro Abreu/GEF/AP
Adriane Formigosa/PNUMA
Henrique Santiago Alberto Carlos/ASL Brasil
Fabiana Souza/ASL Brasil

Projeto Gráfico e Diagramação:

Natureza em Foco

Fotografia:

José Sabino

Mapas:

Isabel Castro - Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM)

Este material reflete o esforço do MMA para reunir as principais entregas em cumprimento às Metas Kunming-Montreal. Esta publicação foi organizada pela Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais e pelos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, além de contar com colaboração técnica da equipe dos projetos: GEF Áreas Privadas e ASL Brasil.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP

B823c Brasil. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.
Contribuições e avanços do MMA [recurso eletrônico] : para o
cumprimento das metas de Kunming-Montreal. – Brasília, DF : MMA,
2025.
40 p. : il. color.

Modo de acesso: World Wide Web
ISBN 978-85-7738-455-6 (on-line)

1. Biodiversidade. 2. Ecossistemas globais. 3. Desenvolvimento sustentável. I.
Título.

CDU 574.1

Biblioteca Nacional do Meio Ambiente
Thaís da Silva Rodrigues – CRB1/3688

Prefácio

Sociedades em todo o mundo estão vivenciando impactos dramáticos causados pela mudança do clima, sobretudo no ano de 2024, que caminha para ser o mais quente da história moderna. O Brasil e diversos outros países foram confrontados com eventos climáticos extremos, como a enchente histórica no Sul do Brasil e a seca que assola quase 60% do território nacional, criando uma ambiência propícia a ações criminosas causadoras de incêndios devastadores, afetando consideravelmente milhões de pessoas e resultando na perda de habitats, extinção de espécies e desequilíbrios ecológicos.

Nesse contexto, a preservação da biodiversidade e a restauração dos ecossistemas globais se apresentam como ações imprescindíveis e urgentes para a sustentabilidade da vida na Terra. Não por acaso, esse é o tema central da COP 16 da Biodiversidade, que será a primeira oportunidade de debater as metas e implementações do Marco Global da Biodiversidade (MGB), aprovado na COP15 de Montreal, Canadá, há dois anos.

O Brasil quer liderar pelo exemplo, e para isso tem assumido compromissos importantes para a agenda da biodiversidade, como o desmatamento zero até 2030, a restauração de 12 milhões de hectares de vegetação nativa e o avanço nas políticas de repartição de benefícios para nossas populações tradicionais, nossos principais aliados na missão de proteger florestas, cerrados, caatingas, pantanais e maretórios.

Em nosso país, desde 2023, já reduzimos o desmatamento na Amazônia em mais de 50%, evitando o lançamento de 250 milhões de toneladas de CO₂ na atmosfera e, com tais resultados, estamos promovendo a conservação e restauração de nossas terras, águas e ecossistemas, criando oportunidades para um novo ciclo de prosperidade econômica que alie o combate às desigualdades sociais à necessária sustentabilidade ambiental e justiça climática.

Somos um país megadiverso e multicultural. Por essa razão retomamos a participação da sociedade em todas as frentes, e ao fazermos isso, vamos construindo entendimentos e pactuando acordos para políticas públicas efetivas.

Cito como exemplo o Programa Bolsa Verde, que oferece benefício econômico para famílias de baixa renda que atuam na conservação ambiental em áreas rurais. Em um ano, o programa alcançou mais de 40 mil famílias, das quais 65% são chefiadas por mulheres e 90% são autodeclaradas negras.

Além disso, foi instituído o Programa Cidades Verdes Resilientes, com o objetivo de aumentar a qualidade ambiental e a resiliência das cidades brasileiras frente aos impactos das mudanças climáticas. A iniciativa integra políticas urbanas, ambientais e climáticas, promovendo práticas sustentáveis e a valorização dos serviços ecossistêmicos urbanos, buscando um equilíbrio entre o desenvolvimento urbano e a proteção ambiental.

Em 2024, o Brasil alcançou avanços significativos no campo da sustentabilidade e das políticas ambientais. Um marco importante foi a instituição da Estratégia Nacional de Bioeconomia, no contexto da Presidência do G20, que resultou na adoção de 10 Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia. Esses princípios possuem o potencial de atrair recursos e fortalecer a cooperação internacional, reforçando o papel do Brasil na vanguarda de soluções inovadoras para a sustentabilidade.

Para fortalecer a agenda climática, o Brasil avançou na elaboração e aprovação das Estratégias Nacionais de Adaptação e Mitigação. A Estratégia Nacional de Adaptação visa reduzir a vulnerabilidade do país frente aos impactos climáticos, promovendo maior resiliência e capacidade de adaptação. Já a Estratégia Nacional de Mitigação estabelece metas ambiciosas para a redução das emissões de gases de efeito estufa, alinhadas com o compromisso de limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C e alcançar a neutralidade climática até 2050.

No combate à desertificação e mitigação dos efeitos da seca, o Brasil está elaborando de maneira participativa o 2º Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca – PAB Brasil, reforçando sua atuação em áreas vulneráveis e buscando soluções para minimizar os impactos ambientais e socioeconômicos das secas.

Outra frente importante foi o avanço no Planejamento Espacial Marinho (PEM), um instrumento essencial para coordenar atividades no oceano, equilibrando o desenvolvimento socioeconômico e a proteção ambiental.

Por fim, em se tratando esta da COP da Biodiversidade, vimos conduzindo a atualização da Estratégia e Plano de Ação Nacionais da Biodiversidade, à luz do novo Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal. Este processo reflete o compromisso do Brasil em adaptar suas ações de proteção, conservação e uso sustentável da biodiversidade, em alinhamento com as diretrizes globais.

Globalmente, temos trabalhado para fortalecer a atuação integrada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Apresentamos recentemente a proposta de instituição do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês). Inovador, o mecanismo tem como propósito valorar países que mantêm as florestas tropicais em pé, alavancando efetivamente o equilíbrio climático e a conservação da biodiversidade mundial.

Essas políticas consolidam a liderança global do Brasil nas questões climáticas, especialmente em um momento em que o país se prepara para sediar a COP-30 em 2025. Com uma nova Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), definida após amplos debates ancorados na ciência, o Brasil reafirma seu compromisso com a agenda climática global até 2035.

Todas essas ações, assim como as demais detalhadas nesta publicação, são fundamentais para a preservação da biodiversidade e a provisão de serviços ecossistêmicos essenciais. Elas colocam o Brasil no caminho para alcançar as metas estabelecidas pela Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade, contribuindo para o aumento da cobertura vegetal, a redução da fragmentação das paisagens produtivas e a ampliação da disponibilidade de habitats para espécies ameaçadas de extinção.

O desafio que enfrentamos é imenso, e não restam dúvidas sobre sua gravidade. No entanto, só será possível avançar de forma eficaz com o engajamento conjunto de países, governos, sociedade civil, setor privado e academia. O tempo para agir é agora.

Marina Silva

Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança do Clima



Apresentação

Uma estratégia se realiza de muitas maneiras. Primeiro, ela serve de diretriz e aponta os caminhos por onde queremos e devemos andar para enfrentar o problema que temos à frente. Aqui no caso, o problema é a perda da biodiversidade e os impactos que a mudança do clima está trazendo sobre ela. Uma estratégia também serve para pactuar compromissos, assumir princípios, e ser uma comunicação clara a todos os setores da sociedade sobre o que devemos buscar como alvo de nossas ações. E assim, ela se concretiza nas ações realizadas que se orientaram por suas diretrizes.

O Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal foi ratificado pelo Brasil em 2022, e a partir daí assumimos como responsabilidade sua plena implementação. O Brasil, por meio do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), vem conduzindo um processo de participação, escutas, negociações e estabelecimento de compromissos com ações concretas para dar maior concretude aos compromissos assumidos no Marco da Biodiversidade. Este trabalho se traduzirá na atualização da Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira — EPANB.

Resultados efetivos deste esforço devem vir de contribuições de todos os setores da sociedade, e da construção de um pacto político por sua efetiva implementação.

O Marco Global trouxe metas ambiciosas, que para um país das dimensões do Brasil, com sua megadiversidade biológica e cultural, não será um esforço trivial de execução. Mas, ele também sinaliza a urgência e necessidade de mudanças relevantes na maneira

como tratamos nossos biomas, ecossistemas, biodiversidade e os serviços ecossistêmicos essenciais para o bem viver na terra. Ele reforça a centralidade do reconhecimento do papel que populações tradicionais, povos indígenas e comunidades locais desempenham como guardiões de um patrimônio natural e cultural de inegável valor, e de cuja existência dependemos umbilicalmente. Mas também aponta para a necessidade de revermos a forma, os mecanismos e instrumentos com os quais estamos financiando e estimulando o desenvolvimento econômico, que precisa estar pautado pelos limites da sustentabilidade.

Apresentamos neste documento uma compilação dos esforços feitos até agora no âmbito do MMA por meio de suas secretarias e unidades vinculadas (Ibama, ICMBio, SFB e JBRJ), com ações concretas que buscam avançar com a implementação do Marco Global da Biodiversidade, conforme acordado em Kunming-Montreal. Nos dois anos do atual governo temos dado passos seguros na retomada de processos, na reconstrução de pilares fundamentais da participação social, e na orientação de novos planos, programas e projetos.

Assim, precisamos sempre ter o olhar no futuro que queremos, mas sabendo que ele se realiza naquilo que fazemos hoje. Que amanhã esta lista de entregas já esteja desatualizada, pois isso significará que novas ações foram feitas, que novas parcerias foram estabelecidas, que nossos compromissos estão firmados e vivos. Que esta amostra inspire outros segmentos a reunir seus esforços e contribuições para a implementação do Marco Global da Biodiversidade, e que tenhamos sucesso no enfrentamento da grave crise da biodiversidade e da mudança do clima! Isso só será possível a muitas mãos.

Rita Mesquita

Secretária Nacional de Biodiversidade,
Florestas e Direitos Animais



Lista de Figuras

Figura 1 — Associação entre as 617 entregas do MMA (jan.2023 a out. 2024) e as 24 metas da CDB	15
Figura 2 — Área contemplada pelo Projeto GEF Mar	28
Figura 3 — Área contemplada pelo Programa Arpa	29
Figura 4 — Área contemplada pelo Projeto ASL 1 e 2.....	31
Figura 5 — Área contemplada pelo Projeto GEF Pró Espécies	32
Figura 6 — Área contemplada pelo Projeto GEF Terrestre.....	35
Figura 7 — Área contemplada pelo Projeto GEF Áreas Privadas	36
Figura 8 — Área contemplada pelo Projeto BMUB — Mata Atlântica	38

Lista de quadros

Quadro 1	— Entregas da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO)	17
Quadro 2	— Entregas da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT)	18
Quadro 3	— Entregas da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD)	18
Quadro 4	— Entregas da Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SQA)	19
Quadro 5	— Entregas da Secretaria Nacional de Bioeconomia (SBC)	20
Quadro 6	— Entregas da Secretaria Nacional de Mudança do Clima (SMC)	20
Quadro 7	— Entregas da Secretaria – Executiva (SECEX)	20
Quadro 8	— Entregas do Serviço Florestal Brasileiro (SFB)	20
Quadro 9	— Entregas do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)	21
Quadro 10	— Entregas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)	21
Quadro 11	— Entregas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)	22

Lista de Siglas

AFOLU	Agricultura, Florestas e Outros Usos do Solo
AMCP	Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
APA	Área de Proteção Ambiental
ARCA	Áreas Protegidas da Caatinga
ARPA	Áreas Protegidas da Amazônia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDB	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CI	Conservação Internacional-Brasil
COP 15	Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade
EPANB	Estratégia e Planos de Ação Nacionais para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
GBF	Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal
GBFF	Fundo do Marco Global da Biodiversidade
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
IIS	Instituto Internacional para Sustentabilidade
IKI	Iniciativa Internacional para o Clima
JBRJ	Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
KfW	Banco Alemão de Desenvolvimento
MGB	Marco Global da Biodiversidade
MMA	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
MSF	Manejo Sustentável das Florestas
MSP	Manejo Sustentável da Paisagem
NDC	Contribuição Nacionalmente Determinada
PAB	Plano de Ação Brasileiro de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca
PANs	Planos de Ação Nacionais
PATs	Planos de Ação Territoriais
PEM	Planejamento Espacial Marinho
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRA	Programa de Regularização Ambiental
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
Resex	Reserva Extrativista
RPPNs	Reservas Particulares do Patrimônio Natural
SBC	Secretaria Nacional de Bioeconomia
SBIO	Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais
SECD	Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial
SECEX	Secretaria-Executiva
SFB	Serviço Florestal
SMC	Secretaria Nacional de Mudança do Clima
SNPCT	Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SQA	Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental
TFFF	Fundo Florestas Tropicais para Sempre
UC	Unidade de Conservação
WRI	World Resources Institute
WWF-Brasil	World Wide Fund for Nature Brasil
WWF-US	World Wildlife Fund US

Sumário

1	Introdução	13
2	Contribuições do MMA para as Metas da CDB	14
3	Resultados, produtos e ações do MMA	17
4	Normativas e instrumentos legais publicados pelo MMA	25
5	Projetos em execução coordenados pela SBIO	27
5.1	Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF Mar)	28
5.2	Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa)	29
5.3	Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia (ASL BRASIL)	31
5.4	Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas (Pró Espécies)	32
5.5	Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal (GEF Terrestre)	35
5.6	Projeto Concretização do Potencial de Conservação da Biodiversidade em Áreas Privadas no Brasil (GEF Áreas Privadas)	36
5.7	Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica (BMUB — Mata Atlântica 1)	38
6	Projetos a iniciar em 2025 coordenados pela SBIO	39
6.1	Projeto Áreas Protegidas da Caatinga	39
6.2	Criação e Implementação de Áreas Protegidas e Identificação de Áreas Conservadas baseadas na Abordagem de Paisagens Integradas Sustentáveis	39
6.3	Gestão Integrada da Paisagem para o Enfrentamento de Mudanças do Clima na Caatinga	40
6.4	Paisagens Sustentáveis da Amazônia	40
6.5	Consórcios de Paisagem de Uso Múltiplo Sustentável no Brasil	40
6.6	Restaura Biomas — Viabilizando a restauração em larga escala por meio da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa no Brasil	40



Em pleno voo, a arara-vermelha-grande exibe suas cores vibrantes contra o paredão de arenito da RPPN Buraco das Araras, em Jardim (MS). Um espetáculo de beleza e liberdade em perfeita harmonia com a paisagem do Cerrado.

1 Introdução

Nesta publicação, você encontra um panorama das iniciativas e ações do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) do Brasil, que contribuem para o cumprimento das metas do Marco Global de Biodiversidade de Kunming-Montreal (GBF) firmadas na Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP15).

A publicação reúne cerca de 230 entregas do MMA e de seus órgãos vinculados, desde janeiro de 2023 até outubro de 2024, além de alguns de seus principais projetos em execução e outros em implementação em 2025. Seu conteúdo reflete o compromisso robusto do Brasil com a conservação e manutenção dos ecossistemas e suas espécies, bem como com o uso sustentável da biodiversidade, abordando áreas estratégicas como a criação e a gestão de Unidades de Conservação (UC), o manejo sustentável de recursos naturais, a recuperação de áreas degradada, a promoção de soluções baseadas na natureza, o reconhecimento de direitos e a repartição de benefícios da biodiversidade.

Organizado em seções, o relatório apresenta: introdução, as contribuições do MMA para as Metas da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); os resultados, produtos e ações do ministério vinculados a essas metas; as normativas e instrumentos legais publicados pelo MMA; os projetos em execução coordenados pela Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO/MMA); por fim os projetos iniciados em 2025. Estes coordenados pela SBIO, que concentra o maior número de iniciativas relacionadas à biodiversidade.

As informações estão organizadas por unidades do MMA, proporcionando uma visão conjunta dos esforços do Governo Federal e de seus parceiros dos diferentes setores e segmentos da sociedade.

No capítulo 4, o QR Code permite o acesso direto a detalhes sobre as entregas e suas metas associadas, reforçando o compromisso do Brasil com a transparência e com o engajamento da sociedade na conservação e no uso sustentável da biodiversidade. Portanto, este documento é uma demonstração do esforço contínuo do país para alcançar as metas globais de biodiversidade, contribuindo para um futuro mais sustentável e equilibrado.



Às margens do rio Xingu, um garoto indígena Juruna aponta para as águas que sustentam sua comunidade e tradições. Na aldeia Miratu, o rio é fonte de vida e conexão com a natureza.

2 Contribuições do MMA para as Metas da CDB

Esta compilação, reunindo dados e informações referentes ao período de 1º de janeiro de 2023 até outubro de 2024, releva 121 Resultados, Produtos ou Ações, e 109 Normativas ou Instrumentos Regulatórios gerados no total de 11 unidades, entre as Secretarias do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e seus órgãos vinculados. Isso significa que, neste período, em média, todos os meses, cada uma das 11 unidades realizou uma entrega importante para contribuição do Governo Federal do Brasil junto às metas da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB).

Entre Resultados, Produtos e Ações, Normativas e Instrumentos Regulatórios, e Projetos (estes últimos considerados somente os principais entre aqueles coordenados pela Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais — SBIO), com participação das demais unidades do MMA e seus órgãos vinculados, são identificadas 617 associações com as Metas da CDB.

As Metas 3 e 4 (focadas na extinção zero, na restauração e nas áreas protegidas e conservadas), e as Metas 5 e 21 (focadas no uso sustentável da biodiversidade e no acesso a dados), foram aquelas mais comumente associadas com os diferentes tipos de entregas promovidas.

Essas metas são mais frequentes nos Resultados, Produtos e Ações do MMA (mais associados com a conservação da biodiversidade), enquanto Normativas e Instrumentos Regulatórios estão mais associados às metas de conciliação entre a biodiversidade, os benefícios de seu uso e da produção sustentável (metas 10 e 9 da CDB).

Enquanto os Projetos em execução, coordenados pela SBIO, encontram-se, mais frequentemente, associados às metas da CDB focadas em conservação e no seu uso sustentável, os projetos iniciados em 2025 inovam quando valorizam os benefícios da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza, e o acesso a dados (metas 9, 11 e 21).

Apresentando estes números, que em conjunto se encontram associados a todas as 23 metas da CDB, o MMA evidencia o cumprimento de seus compromissos e ilustra os avanços e contribuições do Brasil na conservação e restauração da biodiversidade, ecossistemas e biomas, sob abordagem estratégica, ampla e diversificada, conforme figura 1.



3 Resultados, produtos e ações do MMA

O Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, por meio de suas Secretarias e órgãos vinculados, gerou cerca de 120 entregas estratégicas entre 1º de janeiro de 2023 e outubro de 2024. Entre resultados, produtos, iniciativas e ações, essas entregas abordam os mais variados temas associados às competências de 11 unidades do MMA, incluindo, entre outros: inclusão de espécies em convenções internacionais, retomada de espaços públicos de gestão e governança, aprovação e implementação de projetos, recuperação de áreas degradadas, lançamento de editais, publicações, atualizações de listas etc.

Tendo por foco os temas principais de cada meta da CDB, esse conjunto de entregas cobre todas as 23 metas da CDB, chegando a reunir numa única entrega, contribuições para até 16 metas. As metas mais frequentemente associadas com essas entregas são: a meta 21, que foca no acesso à dados; a meta 4, que foca na extinção zero e restauração; a meta 5, que foca no uso sustentável de espécies; a meta 3, que foca nas áreas protegidas e conservadas; e a meta 8, que foca na resiliência às mudanças do clima. A seguir, quadros de 1 a 11 demonstram a relação entre entregas e metas da CDB.

Quadro 1 — Entregas da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO)

ENTREGA	Meta CDB
Capítulo específico no anteprojeto de reforma do Código Civil para tratar dos animais e reconhecimento da sentença animal.	4 e 5
Publicação do Marco Legal da Fauna Silvestre do Brasil: à luz das instituições de Direito Animal brasileiro.	4, 5 e 9
Submissão de proposta de protocolo adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC) abordando crimes que afetam espécies selvagens (fauna e flora).	4, 5 e 9
Minuta de decreto que institui a Declaração de Emergência em Desastres com Animais de Importância Nacional e a Força Nacional Animal.	4
Conservation Management Plan da espécie ameaçada boto-cinza (<i>Sotalia guianensis</i>).	3 e 4
Conservation Management Plan da espécie ameaçada boto-de-Lahille (<i>Tursiops gephyreus</i>).	3 e 4
Proposta de Ação Concertada para a toninha (<i>Pontoporia blainvillei</i>) entre Brasil, Argentina e Uruguai, coordenando esforços de conservação para essa espécie ameaçada, reduzindo a pesca acidental, poluição e outros impactos ambientais.	3 e 4
CMS — Convenção sobre Espécies Migratórias. Inclusão do boto-de-Lahille (<i>Tursiops truncatus gephyreus</i>) nos anexos I e II - espécie classificada como "Em perigo" na Lista Oficial das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção.	4
CMS — Convenção sobre Espécies Migratórias. Proposta de inclusão da dourada (<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>) no anexo II.	4
CMS — Convenção sobre Espécies Migratórias. Proposta de inclusão da piramutaba (<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>) no anexo II.	4
CMS — Convenção sobre Espécies Migratórias. Proposta de inclusão do tubarão mangona (<i>Carcharias taurus</i>) nos anexos I e II - espécie classificada como "Criticamente em perigo" na Lista Oficial das Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção.	4
CMS — Convenção sobre Espécies Migratórias. Iniciativa para a conservação da onça-pintada (Resolução 14.14) visando preservar a integridade das populações e garantir a conectividade entre populações transfronteiriças, considerando o apoio às comunidades locais que coexistem com a espécie.	4
Ampliação do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (CNUC) com 3.086 unidades cadastradas, abrange cerca de 1.780.000 km² de áreas continentais e 960.000 km² de áreas marinhas protegidas.	3
Ampliação do monitoramento da efetividade de gestão das Unidades de Conservação por meio do Sistema de Análise e Monitoramento da Gestão – SAMGe, alcançando 731 Unidades monitoradas (42 % das UCs de gestão pública).	3
Reconhecimento pela Unesco do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como Patrimônio Mundial Natural da Humanidade.	3
Unidades de conservação federais públicas criadas/ampliada (9): Parque Nacional da Serra do Teixeira - PB; Floresta Nacional do Parima - RR; Reserva Extrativista Chocoaré Mato Grosso (ampliação) - PA; Parque Nacional do Viruá (ampliação) - RR; Estação Ecológica de Maracá - RR (ampliação); Reserva Extrativista Filhos do Mangue-PA; Reserva Extrativista Viriandeua - PA; Refúgio de Vida Silvestre Sauim de Coleira - AM; Monumento Natural Cavernas de São Desidério - BA.	3
Unidades de conservação privadas criadas (35): RPPN Degraus do Urucuia-MG; RPPN Nina Rosa-SP; RPPN Reserva dos Bugres-SC; RPPN Mangue Umari-RN; RPPN Parque Ecológico dos Butiás-SC; RPPN Reserva Malhadinha-CE; RPPN Ipuçaba-CE; RPPN Serra Bonita VI-BA; RPPN Serra Bonita VIII; RPPN Fazenda Santa Bárbara-SC; RPPN Canto da Mata-GO; RPPN Barriguda-GO; RPPN Reserva Ecológica do Barriguda-GO; RPPN Reserva Araponga-SC; RPPN Renascer II-GO; RPPN Etambóia-PR; RPPN Renascer IV-GO; RPPN Renascer III-GO; RPPN Sesc Bonito-MS; RPPN Howard Quigley-MS; RPPN Sonho Camponês-RS; RPPN Reserva Kaetés-ES; RPPN Luís Beethoven Piló-MG; RPPN Serra Bonita XII-BA; RPPN Fazenda Anacã-MT; RPPN Negrinho Divino Eustáquio de Souza-MG; RPPN Lagoa Misteriosa-MS; RPPN Serra Leste-PA; RPPN Agnar Domingos João - Seu Lico-MG; RPPN Não me deixes Ernesto e Elvira-BA; RPPN Vale dos Encantados-MG; RPPN Serra-TO; RPPN Santuário-MS; RPPN Capão da Onça-GO; RPPN Água Santa-GO. deixes Ernesto e Elvira-BA; RPPN Vale dos Encantados-MG; RPPN Serra-TO; RPPN Santuário-MS; RPPN Capão da Onça-GO; RPPN Água Santa-GO.	3

Quadro 1 – Entregas da Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO – Continuação)

ENTREGA	Meta CDB
3 editais da fase 2 do Restaura Amazônia lançados, alinhados com a Política e o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg), totalizando R\$ 450 milhões do Fundo Amazônia.	2
Iniciada a recuperação de 4,5 mil hectares na iniciativa Floresta Viva, destinada à restauração ecológica com espécies nativas em todos os biomas brasileiros - parceria BNDES.	2
Retomada da Comissão Nacional para a Recuperação da Vegetação Nativa (CONAVEG) e criação de Câmaras Consultivas Temáticas para discutir economia, inteligência espacial, monitoramento e arranjos de recuperação da vegetação nativa, subsidiando o Planaveg 2025-2028.	2 e 6
Aprovação do Projeto Restaura Biomas com doação de US\$ 14.603.000 do GEF 8 e contrapartida brasileira de US\$ 100.000.000, para restaurar 600.000 ha de áreas degradadas e aprimorar práticas sustentáveis em 1.200.000 ha.	2 e 6

Fonte: SBIO/MMA

Quadro 2 – Entregas da Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável (SNPCT)

ENTREGA	Meta CDB
42.213 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde, das quais 65% são chefiadas por mulheres e 90% são autodeclaradas negras, com R\$ 80 milhões pagos em benefícios.	1, 10 e 14
Projeto de recuperação de 31 mil ha de Áreas de Preservação Permanente de margens de cursos d'água e nascente, e conservação de solo nas Bacias Hidrográficas do Rio Parnaíba e São Francisco, aprovado pelo Comitê Gestor de Contas do Programa de Revitalização da Eletrobrás.	2 e 3, 8, 11 e 12
Adesão do Brasil ao Desafio da Água Doce (The Freshwater Challenge - FWC), uma iniciativa que visa apoiar, integrar e acelerar a restauração de 300.000 km de rios degradados no mundo e 350 milhões de hectares de zonas úmidas degradadas até 2030, e conservar ecossistemas de água doce intactos.	2, 3, 8, 11 e 12
Minuta de Decreto Regulamentador dos artigos 47 e 48 da lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, para regulamentar a contribuição financeira de empresas que se beneficiam de recursos hídricos em UCs.	8, 11, 13, 14, 19 e 19c

Fonte: SBIO/MMA

Quadro 3 – Entregas da Secretaria Extraordinária de Controle do Desmatamento e Ordenamento Ambiental Territorial (SECD)

ENTREGA	Meta CDB
Edital para iniciar pagamento de serviços ambientais em assentamentos da reforma agrária, para remunerar serviços relacionados à conservação da vegetação nativa e à redução do desmatamento em até 25% no período 2022-2023.	3, 8, 9, 10, 11 e 19
Implementação dos escritórios de governança que apoiarão o controle e monitoramento do desmatamento e degradação florestal nos 48 municípios prioritários que aderiram ao Programa União com Municípios. Em parceria com o Projeto Floresta+ Amazônia - Modalidade Instituições, os municípios receberão suporte técnico, equipamentos e serviços especializados para fortalecer suas ações de combate à degradação florestal.	1, 3, 8 e 11
Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais (CTD) deliberou indicação de 74 áreas, ao MMA (totalizando aproximadamente 9,5 ha), para a realização de estudos de criação de áreas protegidas, concessão florestal e reconhecimento de territórios de povos e comunidades tradicionais. Resolução CTD nº 07/2024, de 22/02/2024; Resolução CTD nº 08/2024, de 07/05/2024; Resolução CTD nº 11/2024, de 04/07/2024, que resultou no Decreto nº 12.047/2024, de criação do Refúgio de Vida Silvestre (REVIS) do Sauim-de-Coleira, no Estado do Amazonas.	1, 3, 5, 8, 9, 10, 11 e 14
Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (5ª fase do PPCDAm).	1, 4, 8 e 9
Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Bioma Cerrado (4ª fase do PPCerrado).	1, 4, 8 e 9
Seminários Técnico-Científicos das Causas e Consequências do Desmatamento na Amazônia , e do Desmatamento e Queimadas, no Cerrado , Caatinga , Pantanal e Mata Atlântica .	21

Fonte: SBIO/MMA

Quadro 4 — Entregas da Secretaria Nacional de Meio Ambiente Urbano, Recursos Hídricos e Qualidade Ambiental (SQA)

ENTREGA	Meta CDB
Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes - documento estratégico que orienta o Brasil em ações para cumprir as obrigações da convenção internacional destinada à eliminação ou restrição de substâncias químicas altamente tóxicas.	7, 15 e 17
Relatório da Avaliação Inicial da Convenção de Minamata sobre Mercúrio - documento que analisa a situação no Brasil e global do mercúrio e a eficácia das medidas adotadas pelos países signatários para reduzir sua produção e uso, e fornece uma base para a implementação de políticas e práticas que visem proteger a saúde humana e o meio ambiente.	7 e 17
Projeto de Monitoramento de Agrotóxicos - avalia a contaminação ambiental e os impactos na saúde pública relacionados ao uso de agrotóxicos, coletando dados sobre água.	7, 10, 15 e 17
Realização de Monitoramento Ambiental de Mercúrio em Terras Indígenas Yanomami - visa avaliar a presença de mercúrio e outras substâncias químicas nas águas, sedimento e pescado da Amazônica.	7 e 17
Módulo de Arborização Urbana do Cadastro Ambiental Urbano (CAU).	1, 2, 3, 11, 12, 15 e 21

Fonte: SBIO/MMA

Ribeirinho exibe o fruto de sua conexão com o rio: um peixe frito com a zagaia, no coração da Amazônia. Aqui, tradição e natureza andam lado a lado, sustentando vidas e histórias ao longo das águas.



Quadro 5 — Entregas da Secretaria Nacional de Bioeconomia (SBC)

ENTREGA	Meta CDB
Realização de diálogos consultivos sobre Pagamento por Serviço Ambiental – PSA.	11, 12, 19d, 20 e 21
Formação da Rede de Instituições Nacionais parceiras de usuários internacionais de patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados.	13 e 17
Implementado instrumento de apoio do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios, conforme plano quadrienal aprovado pelo Comitê Gestor do Fundo. Prêmio das Organizações Guardiãs da Sociobiodiversidade (09/10).	13 e 17
Projetos Pilotos executivos desenvolvidos com UCs para o aprimoramento de cadeias produtivas de recursos pesqueiros: Resex Delta do Parnaíba.	9 e 10

Fonte: SBIO/MMA

Quadro 6 — Entregas da Secretaria Nacional de Mudança do Clima (SMC)

ENTREGA	Meta CDB
Lançamento de editais e contratação de empresas para a elaboração do Planejamento Espacial Marinho nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil.	1
Início da Execução do Projeto Terramar 2, em parceria com o governo alemão, que inclui ações para o planejamento espacial marinho, a conservação de ecossistemas costeiros e marinhos vulneráveis aos efeitos da mudança do clima.	19
Coordenação da Estratégia de Emergência Climática para o Monitoramento do Branqueamento dos Recifes de Coral.	3 e 8
Capacitação dos atores sociais para participação nos processos nacionais do Planejamento Espacial Marinho.	21
Análise de blocos de exploração de óleo e gás com o objetivo de mitigar e reduzir os impactos ambientais causados pelo setor de petróleo nos ecossistemas costeiros e marinhos, por meio do Grupo de Trabalho de Planejamento Espacial e Gestão (GTPEG).	11

Fonte: SBIO/MMA

Quadro 7 — Entregas da Secretaria – Executiva (SECEX)

ENTREGA	Meta CDB
Jornada de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, iniciada em outubro de 2024, com o objetivo de inspirar diálogos e contribuir para a incidência política da Educação Ambiental em esfera internacional.	13, 16, 19f, 20, 21 e 22
VIII Congresso Iberoamericano de Educação Ambiental. Visa promover a proteção da biodiversidade e a transição para a sustentabilidade, com processos participativos envolvendo diversos atores sociais na tomada de decisões.	13, 16, 19f, 20, 21 e 22

Fonte: SBIO/MMA

Quadro 8 — Entregas do Serviço Florestal Brasileiro (SFB)

ENTREGA	Meta CDB
489 milhões de hectares inventariados pelo Inventário Florestal Nacional (IFN), com lançamento de dados abertos pelo Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF) - disponibiliza 16 conjuntos de dados para <i>download</i> e possibilidade de acesso por painéis interativos temáticos e mapa com opções de filtros.	21
6 empreendimentos florestais comunitários apoiados no Pará através de assistência técnica financeira, assessoria e capacitação pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e 4 no Nordeste apoiados com capacitação para produção e apoio à comercialização pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).	9 e 10
1º Edital de Chamamento Público . Visa conceder apoio da administração pública federal para identificar e caracterizar iniciativas de bioeconomia florestal, além de incluir a estimativa do potencial da atividade e a realização de um seminário sobre o fomento ao manejo florestal comunitário e familiar, abrangendo serviços ambientais na Amazônia Brasileira.	9
2º Edital de Chamamento Público . Destina-se a projetos de bioeconomia florestal a serem implementados na Amazônia e na Caatinga, financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) – abrange temas como manejo florestal, recuperação ou recomposição da vegetação nativa, serviços ambientais e desenvolvimento de cadeias de valor para produtos florestais.	9

Fonte: SBIO/MMA

Quadro 9 — Entregas do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ)

ENTREGA	Meta CDB
Publicação do Guia de identificação de espécies madeireiras .	21
Publicação do Catálogo de Plantas e Fungos do Brasil.	21
Publicação do Catálogos de UCs 11 novas publicações em 2023 .	21
Publicação da Série Famílias do Arboreto .	21
Criação do Sistema de Interações Planta-Polinizadores - organiza e disponibiliza gratuitamente, via portal web, informações sobre interações planta-polinizador no Brasil (dados são acessíveis em português, inglês e espanhol).	21
Disponibilização de informações no Herbário Virtual Re flora - sistema de consulta que permite acesso a dados digitalizados sobre plantas brasileiras, incluindo espécimes de herbários nacionais e internacionais, facilitando pesquisas botânicas.	21
21 Jardins botânicos apoiados, nos âmbitos federal, estadual e municipal, quanto a implantação, estruturação e desenvolvimento.	3 e 4
21 novas listas de flora em Unidades de Conservação elaboradas - valor acumulado de 43.	21
831 espécies da flora brasileira oficialmente ameaçadas de extinção contempladas em Planos de Ação Nacionais (PANs) para a conservação e recuperação.	4 e 21
3 oficinas realizadas para o monitoramento de 86 ações em Planos de Ação Nacionais (PANs) para a conservação e recuperação de espécies da flora brasileira oficialmente ameaçadas de extinção.	4 e 5
Criação de lista de flora para subsidiar a criação de Unidades de Conservação.	3 e 21
Protocolo de Campo publicado com diretrizes para coleta de dados da flora brasileira ameaçada de extinção.	4 e 21
Documento Técnico publicado com bases de dados sobre a flora brasileira e o seu uso no licenciamento ambiental.	4, 10 e 21
Realizada a avaliação do risco de extinção de 1.056 espécies da flora brasileira, elevando o total para 9.387 espécies nativas e taxonomicamente válidas avaliadas até o momento - representa aproximadamente 24,4% do total de espécies de plantas brasileiras avaliadas até agora.	4 e 21
Incluídas e georreferenciadas 1.060 espécies nativas da Caatinga, Pantanal e Pampa no Sistema Nacional de Conservação da Flora – ProFlora, dentro do Projeto GEF Terrestre. Até maio de 2025, cerca de 28% da flora brasileira terá suas avaliações de risco de extinção realizadas.	4 e 21

Fonte: SBIO/MMA

Quadro 10 — Entregas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

ENTREGA	Meta CDB
Reanálise de um ingrediente ativo de agrotóxico concluída, visando à proteção de espécies da fauna.	3, 4, 5, 7, 11, 12, 17
Elaboração do NDF/Flora (<i>non-detriment findings</i>) para os gêneros <i>Handroanthus</i> , <i>Tabebuia</i> , <i>Dipteryx</i> e <i>Cedrela</i> .	3, 4, 10, 13
Elaboração de metodologia para determinar o quantitativo de emissões de carbono decorrente do desmatamento e queimadas na região Amazônica, a fim de determinar valores para avaliação de danos ambientais, para recuperar áreas degradadas ou áreas desmatadas e descrever o dano ambiental, considerando os impactos no clima (Nota Técnica no 56/2024/Cousf/CGFlo/DBFlo - 20076128).	3, 4, 8, 11, 12, 14, 20, 21
Elaboração do Diagnóstico sobre os Zoológicos e Aquários – panorama sobre os zoológicos no Brasil (em revisão).	3, 4, 21
Projeto Songbirds – proposta de inserção das aves canoras <i>Saltator similis</i> (trinca-ferro), <i>Sporophila caerulea</i> (coleirinho) e <i>Sporophila maximiliani</i> (bicudo) em anexos da Cites, com vistas a promover um maior controle do comércio internacional dessas espécies (em desenvolvimento).	3, 4, 5, 9, 14
Desenvolvimento da Plataforma Bem-te-vi – plataforma nacional de compartilhamento e integração de dados e informações necessários à gestão e ao controle do uso e manejo da fauna em cativeiro (ex situ) e para o acesso público (ajustes finais).	3, 4, 5, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 20, 21

Fonte: SBIO/MMA



Nas águas cristalinas do Rio Formoso, em Bonito (MS), o Cerrado revela sua importância como a verdadeira caixa d'água do Brasil. Com numerosas nascentes alimentando grandes bacias hidrográficas, essa região é essencial para a manutenção dos ecossistemas e da biodiversidade.

Quadro 11 — Entregas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

ENTREGA	Meta CDB
Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (PEP ICMBio).	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 19d.e, 20 e 21
Livro “ Monitoramento da Biodiversidade para Conservação dos Ambientes marinhos e costeiros ” - Programa MONITORA e Projeto GEFMar.	15
Sumário executivo do Livro “ Monitoramento da Biodiversidade para Conservação dos Ambientes marinhos e costeiros ”, lançado em março/2024 - produto do Programa Monitora e do Projeto GefMar.	21
Programa MONITORA: Publicação - Sumário executivo do Terceiro Relatório do Componente Florestal do Programa Monitora (lançamento na COP 16, no evento “Desafios e oportunidades para o monitoramento de biodiversidade em regiões megadiversas”); Cerrado em Flores: espécies nativas em unidades de conservação do DF ; É verde, mas não é do Cerrado - espécies exóticas invasoras em unidades de conservação do DF ; Guia para amostragem das formas de vida da vegetação e apoio ao Programa Monitora; Programa de Monitoramento da biodiversidade do ICMBio; “Policy Brief “Tendências populacionais de mamíferos e aves em UCs apoiadas pelo ARPA” ; Guia de Implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade; Livro “Diálogos da Conservação: Monitoramento Participativo da Biodiversidade: Contribuições para Conservação das Áreas Protegidas da Amazônia” ; Livro “Monitoramento participativo da biodiversidade: experiências, resultados e aprendizados para conservação da biodiversidade na Amazônia”.	4, 6, e 21
Programa MONITORA: Publicação - Experiências de monitoramento participativo da biodiversidade: Monitoramento de quelônios aquáticos amazônicos em unidades de conservação ; Roteiro metodológico de monitoramento do Pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>); Monitoramento de mamíferos terrestre de médio e grande porte e aves terrícolas sob efeito do manejo florestal ; Roteiro metodológico de monitoramento da conservação e da cadeia de valor da castanha-da-amazônia (<i>Bertholletia excelsa</i> Bonpl.); Roteiro metodológico de monitoramento do efeito da caça de subsistência sobre espécies cinegéticas na Reserva Extrativista Tapajós-Arapuins.	5 e 21
Acordo de Gestão: i) Validação taxonômica para as UCs realizada e ii) 54 UCs no Programa Monitora com dados validados, para ação prioritária “Validar e disponibilizar à sociedade dados das Unidades de conservação federais participantes do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade”, linha de ação “1.3.3. Efetividade das Unidades de Conservação” - dados serão disponibilizados em painel dinâmico a ser lançado em 06/11/2024 no evento “Programa Monitora: passado, presente e futuro”.	21
PRIM-PGMar - Planos de Redução de Impactos das Atividades de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural sobre a Biodiversidade Marinha e Costeira.	4, 7 e 8
Painel de Resultados de Fiscalização em Unidades de Conservação Federais - Elaboração de uma aplicação que disponibiliza de forma dinâmica com atualização quinzenal as fiscalizações do ICMBio em todos os Biomas - filtros por Unidades de Conservação, Núcleo Regionais, Coordenações Regionais, e por tipos de infrações (Fauna, Flora e Garimpo).	4 e 21

Quadro 11 — Entregas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio — Continuação)

ENTREGA	Meta CDB
GERADE - Protocolo de gerenciamento dos alertas de desmatamento - protocolo claro e estruturado de gerenciamento dos alertas de desmatamento, técnicos pelo Mapbiomas, passando pela fiscalização, o reporte dos resultados, gerenciamento e apuração com produção de informações estruturadas para os diferentes níveis de gestão das unidades, facilitando o atendimento de metas específicas do PPCDAM e PPCERRADO.	4 e 21
Programa de Visitação e Turismo Sustentável em UCs.	12 e 16
Relatório Anual de Monitoramento da Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade - RedeTrilhas.	21
Orientações e normativas relacionadas ao uso público.	4 e 21
Elaboração de Planos de Uso Público para as UC.	21
Gestão da Informação sobre Visitação em Unidades de Conservação.	4 e 21
Plano de Capacitação em Temáticas Relacionadas à Visitação.	4 e 21
Roteiro para Projeto de Interpretação Ambiental.	4 e 21
Apoio a Projeto de visitação com objetivo educacional.	4 e 16
Manual para Projeto de sinalização ambiental.	4 e 21
Roteiro para Projetos de planejamento e manejo de trilhas e infraestruturas.	4 e 21
Dados de monitoramento da visitação.	4 e 21
Autorização de Eventos em Unidades de Conservação	16
Manual de Diretrizes para a Formalização de Prestadores de Serviços de Apoio à Visitação.	4 e 19
Edital para Credenciamento de Prestadores de Serviços de Apoio à Visitação.	4 e 19
Projetos para Concessões de Serviços de Apoio à Visitação.	4 e 19
Manual para Fiscalização e Monitoramento de Contratos de Concessão e Permissão.	4 e 19
Projeto para Permissão de Serviços de Apoio à Visitação.	4 e 19
Plano de Capacitação para Servidores e Membros da Comissão de Fiscalização e Acompanhamento Contratual (CFAC).	4
Regulamentação da visitação em áreas de UC sobrepostas com territórios de comunidades tradicionais.	4 e 21
Roteiro para a elaboração de Plano de Uso Público Simplificado.	4 e 19
Projetos de aplicação de encargos acessórios.	4 e 16
Plano de Ações para o Desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC).	4 e 12
Apoio à elaboração de protocolos de Gestão de Segurança da Visitação.	4 e 12
Roteiro de Estruturação de Projetos de Concessão de Serviços de Apoio à Visitação	4
Revisão do site do ICMBio no que se refere ao fornecimento de informações aos visitantes de UCs .	21
Fluxo e Procedimentos para Serviços Ambientais em Unidades de Conservação.	4
2023: Redução do desmatamento em 58% e 2024: Redução do desmatamento em 48%.	2, 8, 11 e 12
Elaboração de Protocolo para retirada de gado criado ilegalmente em áreas protegidas.	3, 4, 6, 10 e 18
Aprovados 55 Planos de Manejo Integrado do Fogo de unidades de conservação federais.	4, 8, 9, 10, 12, 14, 20 e 21
Aumento de 48% no Número de Autos de Infração Julgados em 1ª instância em 2023.	7 e 13
Aumento de 12% no Número de Autos de Infração Julgados em 2ª instância em 2023.	7 e 13
Política Nacional de Fronteira - aceite de proposta referente a ações fortalecedoras para fiscalização.	5, 9, 14 e 22
Colaboração com o Projeto AMAS (Plano Amazônia: Segurança e Soberania): Plano Tático Integrado de Segurança Pública a pedido do Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Tocantins - SISP - TO.	4, 5, 11, 14 e 21
Acordo de Cooperação Técnica para fortalecimento da relação interinstitucional entre ICMBio e IBAMA.	20 e 21
Informes: Presença de facções criminosas em garimpos em terras indígenas próximas a Unidades de Conservação Federais; Unidades de Conservação Federais localizadas na fronteira amazônica, com objetivo de aumentar a segurança; Tramitação de documentos entre ouvidoria e unidades, objetivando melhorar a efetividade e segurança de ações nossos servidores na proteção da biodiversidade.	5 e 21
Evento: Sensibilização sobre o papel do ICMBio na gestão e proteção de unidades de conservação.	1, 4, 5, 6, 7, 9 e 10
Atuação com forças de segurança em ações de combate ao Tráfico Internacional de espécimes silvestres e criação ilícita de gado em unidades de conservação federais.	5 e 10
Interlocução com forças de segurança nacionais e internacionais, buscando capacitação e ampliação de rede de contatos, buscando melhoria da atuação dos servidores.	5 e 21

Fonte: SBIO/MMA



Nas águas do rio Negro, a floresta de igapó revela sua beleza e mistério. No Parque Nacional de Anavilhanas, a Amazônia submersa abriga uma biodiversidade única, adaptada aos ecossistemas inundados.

4 Normativas e instrumentos legais publicados pelo MMA

Parte importante dos resultados, produtos, iniciativas e ações entregues pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem origem ou gera desdobramentos materializados em normativas de: políticas, programas e planos, entre outros instrumentos legais importantes. As Secretarias e órgãos vinculados do MMA geraram mais de 100 normativas, entre 1º de janeiro de 2023 e outubro de 2024, as quais abordam os mais variados temas associados às metas da CDB, incluindo: a conservação de espécies ameaçadas de extinção, critérios e padrões para práticas de pesca, instituição de grupos de trabalho, câmaras e comissões setoriais e temáticas, além do estabelecimento de critérios, procedimentos, temas e áreas prioritárias de ação, e a celebração de acordos de cooperação técnica, entre outros.

Todas as 23 metas da CDB e seus principais temas recebem a contribuição desse conjunto de normativas, chegando uma única normativa atender até 13 metas. As metas mais frequentemente associadas com essas normativas são, nesta ordem: a meta 4, que foca na extinção zero e restauração; a meta 10, que foca a produção rural sustentável; a meta 3, que foca nas áreas protegidas e conservadas; a meta 1, que foca o planejamento espacial participativo e integrado; e a meta 9, que foca os benefícios do uso da biodiversidade.

A lista com todas as normativas oficiais publicadas pelo Governo Federal do Brasil que contribuem para as metas da CDB pode ser acessada no QR Code. Cada normativa possui um link para acesso direto ao seu conteúdo completo.

Aponte a câmera para o QR CODE ou entre no site gov.br/mma/pt-br/composicao/sbio/cop-da-biodiversidade/publicacoes



Mãos que carregam o futuro da floresta: sementes de castanha-do-brasil, colhidas por quem vive e trabalha em harmonia com a natureza nas reservas extrativistas da Amazônia. Um ciclo de vida que une sustentabilidade e conservação.



A Mata Atlântica, com sua biodiversidade exuberante e espécies endêmicas, está entre os biomas mais ameaçados do planeta. Hoje, restam cerca de 12% de sua área original, reforçando a urgência de ações de conservação para proteger este tesouro natural.


5 Projetos em execução coordenados pela SBIO

A Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem na execução de projetos estratégicos um dos seus principais mecanismos para a implementação de políticas públicas que contribuem para as metas da CDB. Em sua maioria, esses projetos recebem apoio de cooperação internacional, especialmente do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), tendo origem nos próprios compromissos assumidos pelo Governo Federal do Brasil junto à CDB.

A seguir, apresentamos informações sobre sete dessas principais iniciativas, entre outras em execução, detalhando seus objetivos, área de abrangência, duração, principais resultados e seus impactos em todos os seis biomas do Brasil e em sua zona costeira. Incluem-se nisso: as florestas tropicais

(Amazônia e Mata Atlântica), o Cerrado (segundo maior bioma do país e hotspot mundial de biodiversidade), o Pantanal (maior planície de inundação do planeta), a Caatinga (bioma exclusivamente brasileiro), o Pampa, e a zona costeira, com quase 8 mil km de extensão.

Juntas, essas iniciativas totalizam investimentos de cerca de 0,9 bilhões de dólares e contribuem para 17 das 23 metas da CDB, com média de 9 metas associadas a cada uma delas, e chegando a reunir numa única iniciativa até 15 metas. As metas mais frequentemente associadas a essas iniciativas são, nesta ordem: a meta 3, que foca nas áreas protegidas e conservadas; a meta 4, que foca na extinção zero e restauração; e a meta 5, que foca no uso sustentável de espécies.



As águas do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha abrigam uma diversidade extraordinária. Além de sua beleza incomparável, este paraíso é um símbolo de conservação, com esforços contínuos e políticas públicas que protegem a biota marinha e preservam ecossistemas oceânicos.

5.1 Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas

Período de Execução: 2014 a 2029

Origem do Recurso: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)

Agência Implementadora: Banco Mundial

Agência Executora: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)

Valor total do projeto: US\$ 117.8 milhões

Objetivo: apoiar o estabelecimento, a ampliação e a implementação de um sistema globalmente significativo, representativo e eficaz de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas no Brasil, e identificar mecanismos para a sua sustentabilidade financeira.

Metas principais a serem alcançadas até 2029:

- aumentar as Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas em 5% (equivalente a 17,5 milhões de ha);
- aumentar a proteção da biodiversidade em pelo menos 9,3 mil km² (930.000 ha) de Unidades de Conservação marinhas e costeiras novas ou já existentes;
- identificar, desenhar e preparar para implementação, no mínimo, dois mecanismos financeiros capazes de contribuir para a sustentabilidade das áreas protegidas costeiras e marinhas em longo prazo.

Principais resultados alcançados até 2024:

- aumento para 96,1 milhões de ha (ou 26,4% da área marinha brasileira);

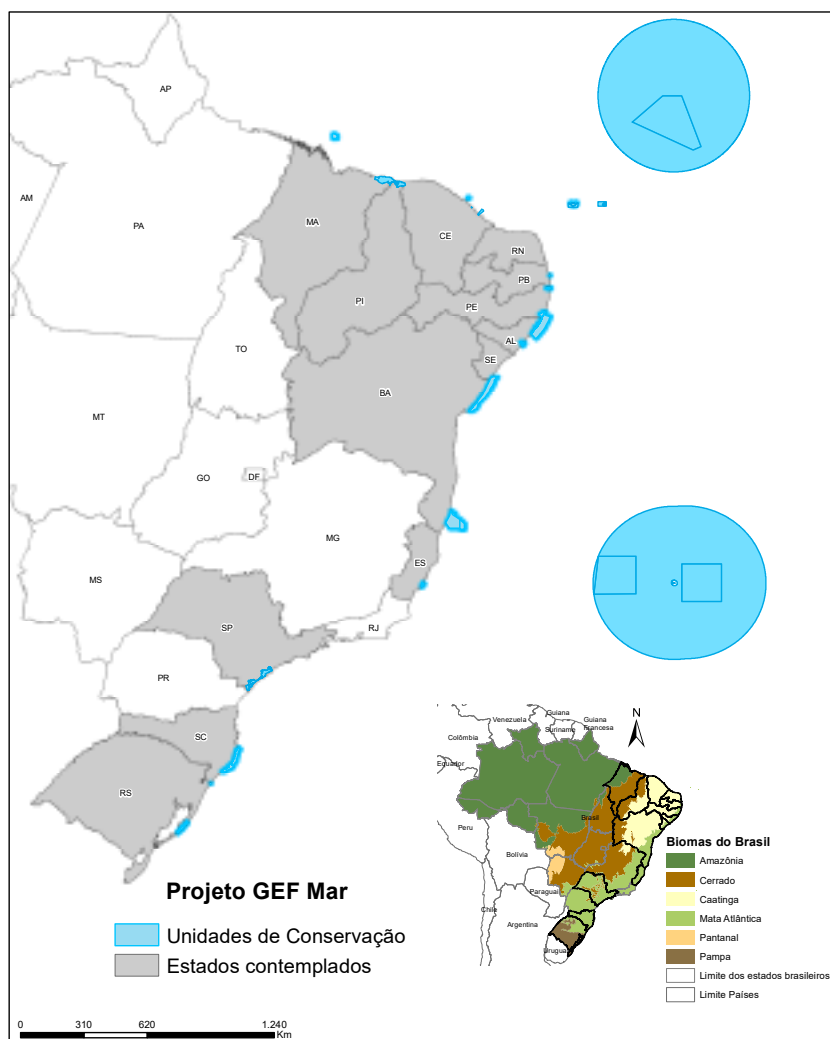


Figura 2 — Área contemplada pelo Projeto GEF Mar
Fonte: Isabel Castro — IPAM



- 95.123.550 ha (28 UCs) com aumento da efetividade da gestão, com mudança de nível de gestão em 93.619.398 ha (12 UCs);
- R\$60 milhões aportados por meio de Termo de Compromisso entre IBAMA e Petrobras;
- implementação dos recursos de compensação ambiental federal por meio do Fundo de Compensação Ambiental Federal;
- criação da Proposta de Plataforma de Projetos para financiamento do sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (AMCP);
- criação de mecanismos de captação e execução de recursos para apoio às AMCPs no longo prazo denominado Fundo Marinho;
- assinatura do Projeto Conservação da Saúde e Integridade dos Ecossistemas Costeiros e marinhos do Brasil (GEF Mar II).

Impactos:

- reduziu o desmatamento, os incêndios e a degradação da vegetação nativa;
- protegeu e conservou a biodiversidade — ampliando as áreas protegidas e as áreas conservadas — e a efetividade das Unidades de Conservação;
- conservou as espécies, em particular, aquelas ameaçadas de extinção;
- promoveu o desenvolvimento de economias orientadas ao uso sustentável da biodiversidade;
- melhorou a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no Programa Bolsa Verde, e melhorou a gestão ambiental de territórios rurais;
- promoveu a proteção, a defesa e os direitos animais;
- ampliou a adoção de medidas de mitigação e a adaptação à mudança do clima;
- promoveu os padrões de qualidade e de quantidade adequados da água, por meio da conservação, da recuperação dos ecossistemas e do uso racional dos recursos naturais.

Metas da CDB associadas: 1, 3, 4, 14 e 19.
A figura 2 expressa a área contemplada pelo projeto GEF Mar.

5.2 Programa Áreas Protegidas da Amazônia

Período de Execução: 2014 a 2039

Origem do Recurso: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)

Agência Implementadora: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)

Agências Executoras: Governos Estaduais de Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso e Pará; e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)

Valor Total do Projeto: US\$ 408.8 milhões

Objetivo: consolidar, no mínimo, 60 milhões de ha de Unidades de Conservação no bioma Amazônico, de modo a assegurar a conservação da biodiversidade na região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável de forma descentralizada e participativa.

Metas principais a serem alcançadas até 2039:

- criar e consolidar 6 milhões ha de Unidades de Conservação (UCs) de proteção integral e de uso sustentável, além de fortalecer a infraestrutura, a gestão e o monitoramento das UCs já existentes;
- assegurar a manutenção dessas áreas protegidas, promovendo ações de monitoramento e fiscalização que permitem a integridade ambiental e evitam a exploração ilegal de recursos;

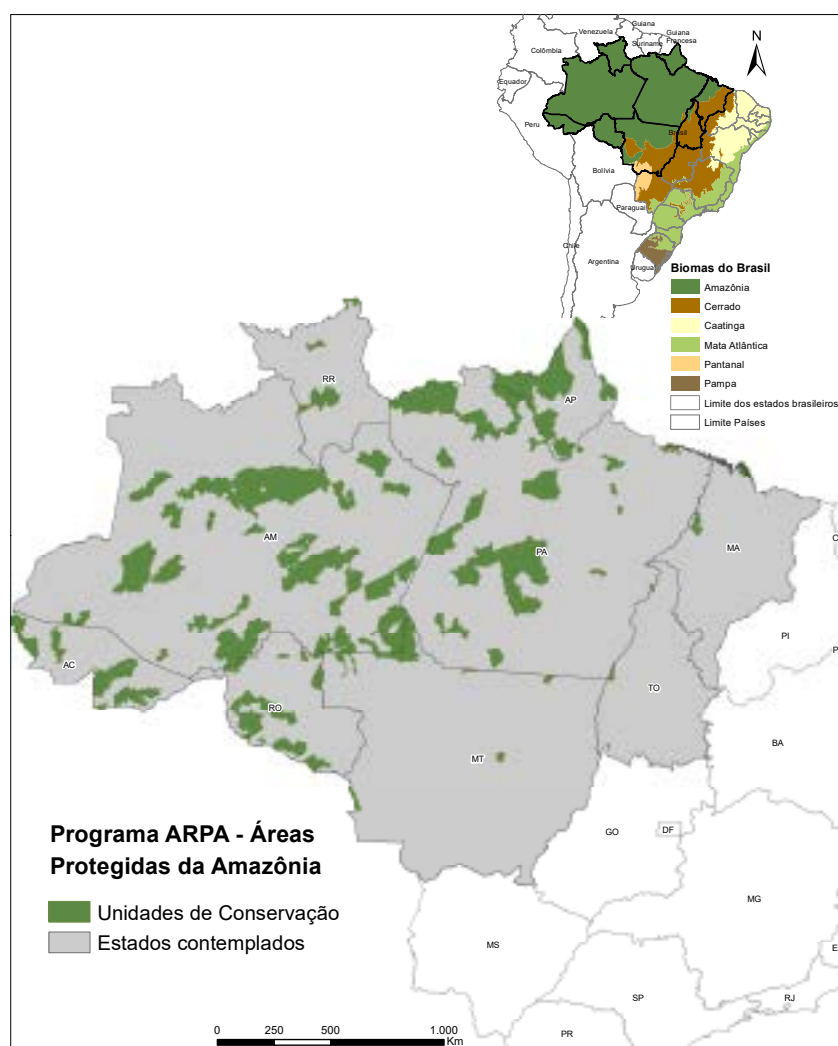


Figura 3 — Área contemplada pelo Programa Arpa
Fonte: Isabel Castro — IPAM



- criar mecanismos de sustentação financeira em longo prazo, garantindo recursos permanentes para a gestão das UCs.

Principais resultados alcançados até 2024:

- 33 UCs (6,5 milhões de ha) criadas;
- cerca de 26 milhões de ha consolidados (49 UCs);
- fundo de Transição do Programa ARPA (Fase III) estabelecido.

Impactos:

- reduziu o desmatamento, os incêndios e a degradação da vegetação nativa;
- protegeu e conservou a Biodiversidade, ampliando as áreas protegidas e conservadas e a efetividade das Unidades de Conservação;
- conservou as espécies, em particular, espécies ameaçadas de extinção;
- melhorou a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no Programa Bolsa Verde, e melhorou a gestão ambiental de territórios rurais;
- promoveu a proteção, defesa e direitos animais;
- ampliou a adoção de medidas de mitigação e adaptação à mudança do clima;
- promoveu os padrões de qualidade e quantidade adequados da água, por meio da conservação, da recuperação dos ecossistemas e do uso racional dos recursos naturais.

Metas da CDB associadas: 1, 3, 4, 5, 14 e 19. A figura 3 demonstra a área contemplada pelo Programa Arpa.



Do alto, o Parque Nacional de Anavilhanas revela a beleza única do rio Negro, que abraça a floresta inundada. Um encontro majestoso entre as águas escuras e a biodiversidade vibrante da Amazônia.

5.3 Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia

Período de Execução: 2017 a 2026

Origem do Recurso: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)

Agência Implementadora: Banco Mundial

Agências Executoras: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), Conservação Internacional-Brasil (CI-Brasil) e Fundação Getúlio Vargas (FGV Europe)

Valor Total do Projeto: US\$ 79.61 milhões

Objetivo: promover a gestão integrada de paisagens por meio da expansão e melhoria da gestão das Áreas Protegidas na Amazônia, do fortalecimento dos instrumentos e dos arranjos locais de governança, do desenvolvimento de práticas produtivas sustentáveis e da recuperação dos ecossistemas.

Metas principais a serem alcançadas até 2026:

- melhorar a gestão de 11,9 milhões ha;
- implementar práticas de manejo sustentável em 18,1 milhões ha, incluindo áreas protegidas e propriedades rurais;
- implementar a recuperação da vegetação nativa em 29,2 mil ha.

Principais resultados alcançados até 2024:

- criou 24 Unidades de Conservação (UCs), somando 4,3 milhões ha;

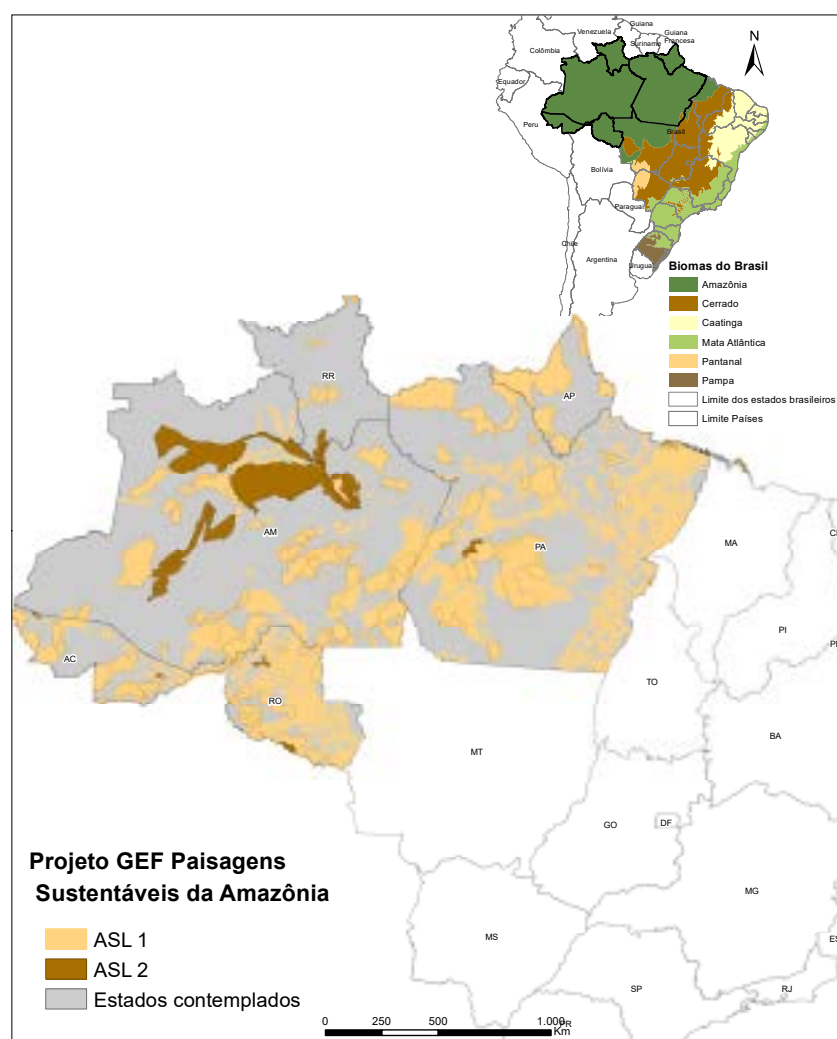


Figura 4 — Área contemplada pelo Projeto ASL 1 e 2
Fonte: Isabel Castro — IPAM



ASLBrasil

Projeto Paisagens Sustentáveis da Amazônia

- elaborou planos de gestão em sete UCs: APA Tapajós, APA Triunfo do Xingu, Flota do Iriri, Arie Japiim Pentecoste, APA Lago do Amapá, APA Igarapé São Francisco e Resex Alto Jurua;
- construiu 42 viveiros de mudas de espécies nativas da Amazônia;
- apoiou a regularização ambiental de 54.344 imóveis rurais no Pará e no Acre;
- elaborou 13 acordos de pesca no Estado do Amazonas;
- apoiou o monitoramento de quelônios e soltura de 550 mil filhotes na Reserva Extrativista (Resex) Médio Jurua e na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Uacari;
- fortaleceu seis cadeias produtivas (borracha, cacau, café, castanha, mandioca, mel);
- Mais de 60 milhões ha de vegetação nativa protegidos por UCs do Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia);
- 1,37 milhão ha de florestas com planos de manejo para concessão florestal, voltados ao uso sustentável;
- mais de 2,5 milhões ha de UCs com manejo sustentável;
- 1,2 milhão ha de áreas privadas aderentes ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Impactos:

- composição do Fundo de Transição do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), cobrindo necessidades financeiras de 114 Unidades de Conservação (UCs), até 2039;
- elaboração de 32 mecanismos de incentivos para a redução do desmatamento e o aumento da recuperação da vegetação nativa;
- construção de viveiros com capacidade de produzir aproximadamente 800 mil mudas de espécies nativas da Amazônia;
- fortalecimento da gestão comunitária, geração de renda e proteção da biodiversidade, por meio de acordos de pesca, contribuindo para melhorar a gestão comunitária de atividades produtivas nos rios amazônicos;
- cerca de 88 mil beneficiários diretos.

Metas da CDB associadas: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 21, 22 e 23. A figura 4 demonstra a área contemplada pelo projeto ASL 1 e 2.

5.4 Projeto Estratégia Nacional para a Conservação de Espécies Ameaçadas

Período de Execução: 2018 a 2024

Origem do Recurso: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)

Agência Implementadora: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)

Agência Executora: World Wide Fund for Nature Brasil (WWF-Brasil)

Valor Total do Projeto: US\$ 64.4 milhões

Objetivo: promover iniciativas para reduzir ameaças e fortalecer a conservação das espécies ameaçadas de extinção, por meio do Programa Nacional de Conservação das Espécies Ameaçadas, engajando a sociedade nos desafios da conservação, visando à preservação das espécies e seus ecossistemas, garantindo a sustentabilidade ambiental a longo prazo.

Metas principais a serem alcançadas até 2026:

- promover a redução das ameaças e o fortalecimento da conservação de espécies ameaçadas de extinção no Brasil;
- integrar a conservação em políticas públicas;
- combater a extração ilegal e o tráfico de vida silvestre;
- prevenir a invasão de espécies exóticas; e
- engajar a sociedade na proteção da biodiversidade.

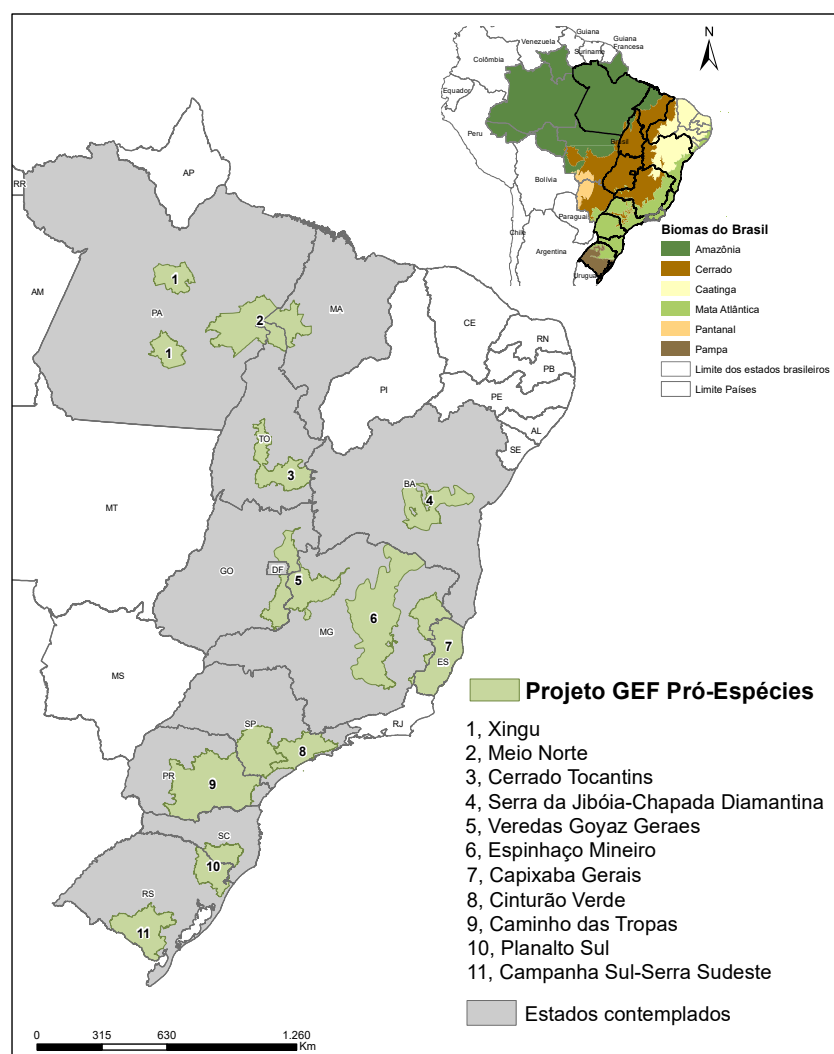


Figura 5 — Área contemplada pelo Projeto GEF Pró Espécies
Fonte: Isabel Castro — IPAM



Principais resultados alcançados até 2024:

- 21 Planos de Ação Nacionais (PANs) e Planos de Ação Territoriais (PATs) desenvolvidos ou implementados, beneficiando mais de 190 espécies ameaçadas em diversas regiões do país;
- 12 áreas distribuídas em 5 de 6 biomas do Brasil, com identificação e atuação prioritárias;
- 4.500 ha de áreas degradadas restauradas;
- mais de 1.000 profissionais formados em gestão de áreas protegidas e monitoramento de espécies ameaçadas;
- mais de 400 espécies ameaçadas impactadas positivamente por meio de ações diretas de conservação e restauração de habitats;
- 18 ações de sensibilização e de educação ambiental realizadas, alcançando cerca de 50 mil pessoas.

Impactos:

- conservou as espécies, em particular, aquelas ameaçadas de extinção;
- promoveu a proteção, a defesa e os direitos animais.

Metas da CDB associadas: 1, 4, 5 e 6. A figura 5 demonstra a área contemplada pelo projeto GEF Pró Espécies.



Sob as águas do rio Negro, o botovermelho nada em seu hábitat. Um tesouro em risco, classificado como “em perigo” pelo ICMBio e pela IUCN, cuja sobrevivência depende de ações de conservação dos rios e políticas públicas voltadas à biodiversidade amazônica.

Casal de veado-campeiro percorre área de campo aberto. Adaptado às savanas da América do Sul, é um herbívoro de ampla distribuição, encontrado no Brasil, Paraguai, Bolívia e Argentina.



5.5 Projeto Estratégias de Conservação, Restauração e Manejo para a Biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal



Período de Execução: 2018 a 2025

Origem do Recurso: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)

Agência Implementadora: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Agência Executora: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)

Valor Total do projeto: US\$ 191.8 milhões

Objetivo: melhorar a conservação na Caatinga, Pampa e Pantanal por meio da expansão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e da integração com outras estratégias de conservação (Planos de Ação Nacionais para espécies ameaçadas e restauração de áreas degradadas).

Metas principais a serem alcançadas até 2025:

- restaurar 5 mil ha de ecossistemas degradados;
- implementar ações de conservação para 30 espécies ameaçadas de fauna e de flora;
- criar ou ampliar 5 Unidades de Conservação;
- formar 1.500 pessoas em práticas de manejo sustentável e conservação da biodiversidade;

- realizar 10 campanhas de educação ambiental, alcançando pelo menos 100 mil pessoas;
- estabelecer sistemas de monitoramento para acompanhar pelo menos 10 indicadores de biodiversidade e de ecossistemas.

Principais resultados alcançados até 2024:

- 5 mil ha de ecossistemas degradados restaurados;
- mais de 30 espécies ameaçadas, com ações de conservação implementadas;
- 5 Unidades de Conservação criadas ou ampliadas;
- mais de 1.500 pessoas formadas em práticas de manejo sustentável e conservação;
- 10 campanhas de conscientização, alcançando cerca de 100 mil pessoas;
- 10 indicadores de biodiversidade e de ecossistemas criados promovendo o estabelecimento de sistemas de monitoramento.

Impactos:

- reduziu o desmatamento, os incêndios e a degradação da vegetação nativa;
- recuperou as florestas e demais formas de vegetação nativa;
- protegeu e conservou a biodiversidade;
- conservou as espécies, em particular, o grupo de espécies ameaçadas de extinção;
- implementou a Política Nacional de Bioeconomia, promovendo o desenvolvimento de economias orientadas ao uso sustentável da biodiversidade;
- melhorou a situação socioeconômica dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no Programa Bolsa Verde, e melhorou a gestão ambiental de territórios rurais;
- promoveu a proteção, a defesa e os direitos animais;
- ampliou a adoção de medidas de mitigação e de adaptação à mudança do clima;
- promoveu os padrões de qualidade e de quantidade adequados da água.

Metas da CDB associadas: 1, 2, 3, 4, 5, 9, 10, 11, 14, 19, 22 e 23. A figura 6 demonstra a área contemplada pelo projeto GEF Terrestre.

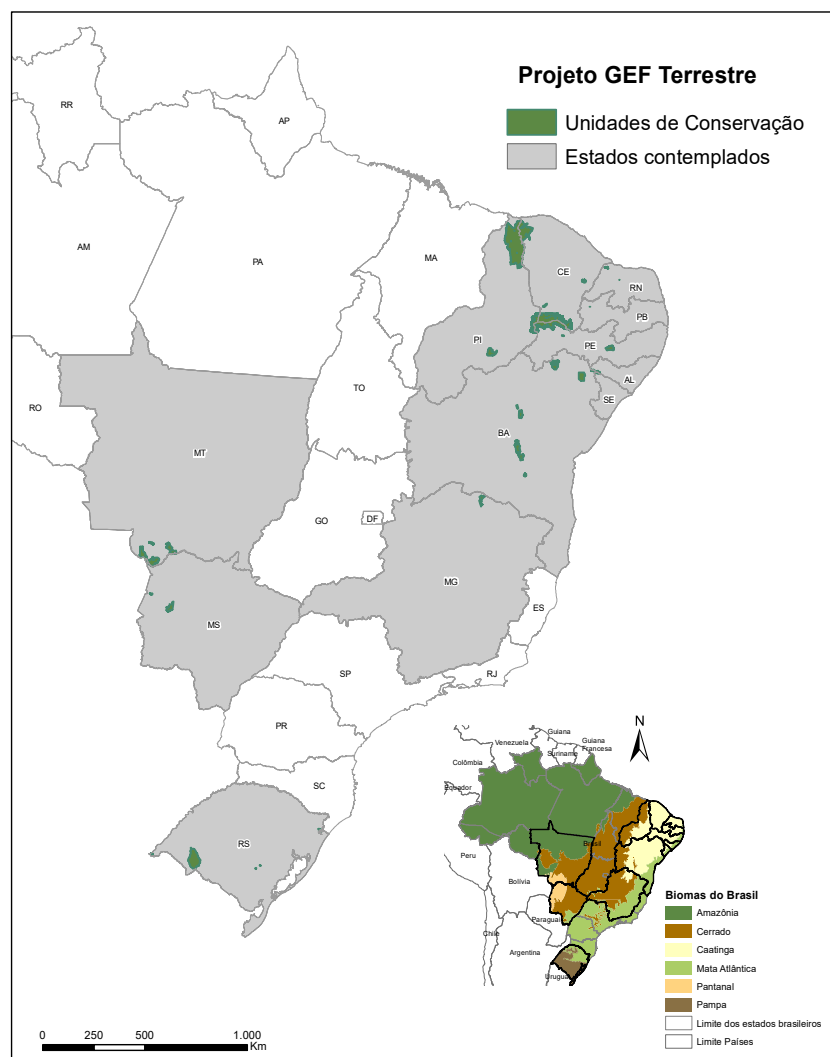


Figura 6 — Área contemplada pelo Projeto GEF Terrestre
Fonte: Isabel Castro — IPAM

5.6 Projeto Concretização do Potencial de Conservação da Biodiversidade em Áreas Privadas no Brasil

Período de Execução: 2018 a 2026

Origem do Recurso: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF)

Agência Implementadora: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

Agência Executora: Instituto Internacional para Sustentabilidade (IIS)

Valor Total do projeto: US\$ 8.9 milhões

Objetivo: ampliar o manejo sustentável da paisagem e contribuir para a conservação da biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos em áreas privadas no Brasil.

Metas principais a serem alcançadas até 2025:

- 859.700 ha de áreas terrestres protegidas sob maior eficácia de gestão;
- 7.257 ha de área de terras agrícolas degradadas recuperadas;
- 859.700 ha de área de paisagem sob práticas melhoradas (excluindo áreas protegidas);
- 44.635.758 Mt de CO₂ sequestrado ou emissões evitadas no setor de Agricultura, Florestas e Outros Usos do Solo (AFOLU);
- 45.081 beneficiários diretos.

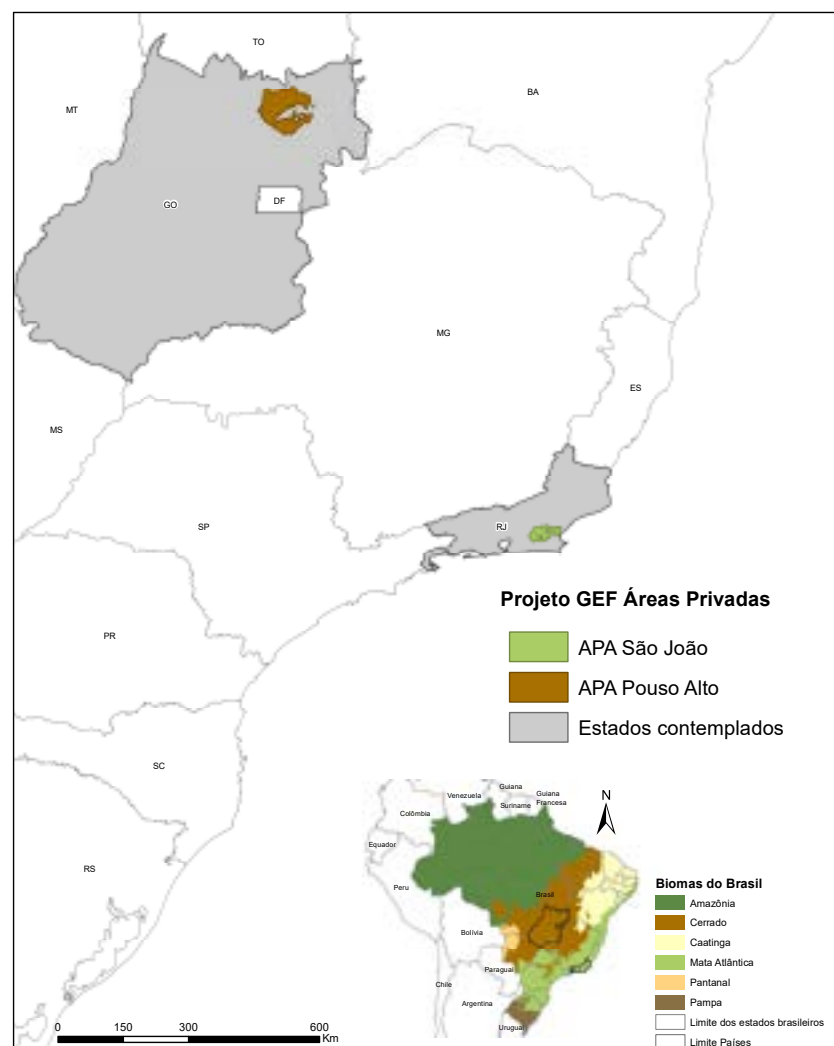


Figura 7 — Área contemplada pelo Projeto GEF Áreas Privadas
Fonte: Isabel Castro — IPAM



**GEF ÁREAS
PRIVADAS**

CONSERVANDO
BIODIVERSIDADE E
PAISAGENS RURAIS

Principais resultados a serem alcançados até 2026:

- aumento da cobertura vegetal, redução do grau de fragmentação de paisagens produtivas e aumento da disponibilidade de habitat para espécies ameaçadas de extinção;
- promoção da conservação da biodiversidade e da provisão de serviços ecossistêmicos, bem como incentivo ao Manejo Sustentável da Paisagem (MSP), ao Manejo Sustentável das Florestas (MSF) e à recuperação de vegetação nativa em áreas privadas;
- formalização de acordo com empresas do setor florestal e com propriedades privadas do seu entorno para a implementação de diretrizes aprimoradas de conservação e restauração;
- conservação da biodiversidade e serviços ecossistêmicos incorporados ao arcabouço legal nacional, potencializando políticas públicas e ferramentas de gestão em benefício das áreas privadas.

Metas da CDB associadas: 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 19, 21, 22 e 23. A figura 7 demonstra a área contemplada pelo projeto GEF Áreas Privadas.

Cerrado, a savana brasileira com a maior biodiversidade do planeta, é classificado como um hotspot mundial. A conservação desse bioma é essencial para proteger sua biota singular e garantir os serviços ecossistêmicos fundamentais, como a regulação do clima e a provisão de água.



5.7 Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica

Período de Execução: 2014 a 2024

Origem do Recurso: Iniciativa Internacional para o Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente da República Federal da Alemanha

Agência Implementadora: Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW Entwicklungsbank)

Agência Executora: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO)

Valor total do projeto: US\$ 7.8 milhões

Objetivo: conservar a biodiversidade e recuperar a vegetação nativa da Mata Atlântica, além de fortalecer a cadeia produtiva associada a estas atividades.

Metas principais a serem alcançadas até 2024:

- 2.500 ha de áreas degradadas em processo de recuperação, com enfoque para Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs;
- 10 viveiros ou grupos de coletores de sementes fomentados, atendendo a 80% da demanda dos projetos apoiados;
- formação de 50 proprietários rurais em recuperação da vegetação.

Principais resultados alcançados até 2024:

- mais de 3,1 mil ha de vegetação nativa de Mata Atlântica recuperadas, superando em aproximadamente 20% a meta inicial de 2,5 mil ha;

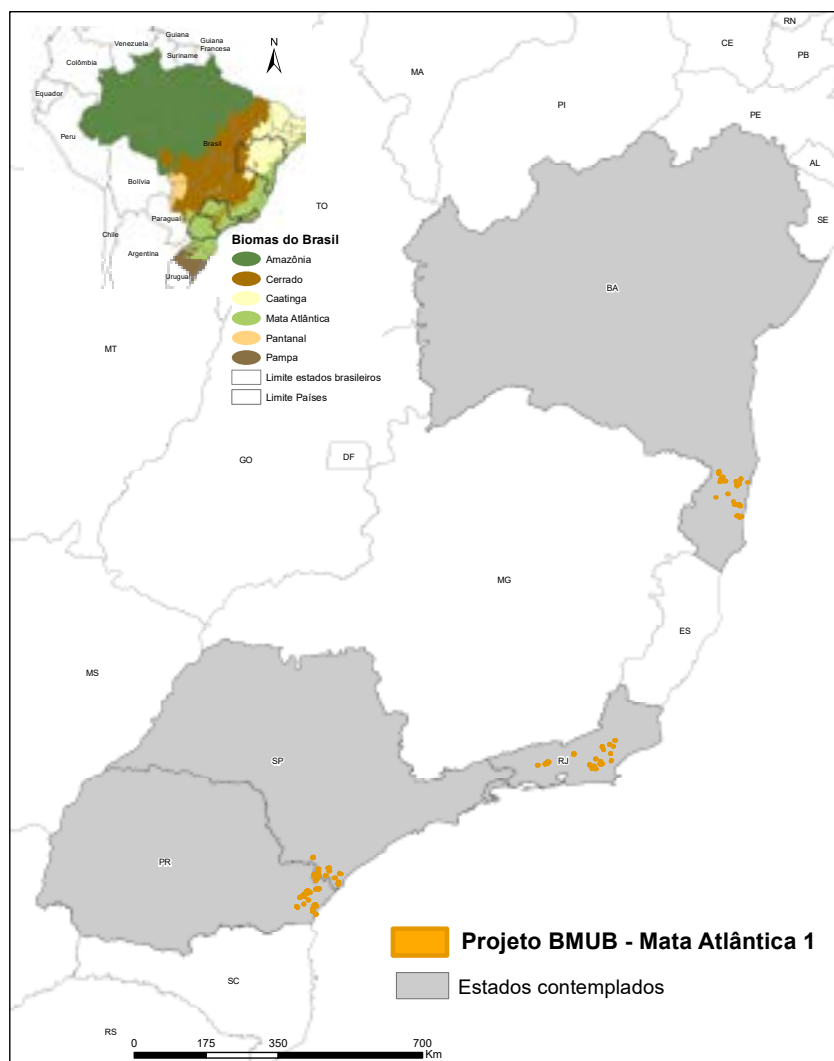


Figura 8 — Área contemplada pelo projeto BMUB — Mata Atlântica 1

Fonte: Isabel Castro — IPAM



Mata Atlântica

Biodiversidade e Mudanças Climáticas

- mais de 50 viveiros produtores de mudas nativas fomentados com as comunidades locais;
- dezenas de cursos de capacitação realizados sobre técnicas de recuperação da vegetação e fundamentos de produção de mudas e de coleta de sementes, totalizando cerca de 1,9 mil participantes.

Impactos:

- aumento da remoção de carbono da atmosfera;
- favorecimento da regulação climática e regime hídrico;
- redução dos riscos de erosão do solo e deslizamentos de terra;
- promoção do desenvolvimento sustentável.

Metas da CDB associadas: 1, 2, 3, 8, 9, 11, 12, 15, 19 e 21.

A figura 8 expressa a área de atuação do projeto BMUB — Mata Atlântica 1.

6 Projetos a iniciar em 2025 coordenados pela SBIO

Além de mais de dez projetos em execução ao longo dos anos de 2023 e 2024, a Secretaria Nacional de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais (SBIO) do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) tem mais seis projetos a serem iniciados em 2025 que irão potencializar as ações do Governo Federal do Brasil em seus biomas e fortalecer as suas contribuições para as metas da CDB.

Juntos, esses projetos totalizam investimentos de mais de US\$ 50 milhões e contribuem junto a todas as 23 metas da CDB, chegando a reunir em um único projeto até 16 metas. As metas mais frequentemente associadas a esses projetos são, nesta ordem: a Meta 11, que foca em soluções baseadas na natureza; a Meta 2 1, que foca no acesso a dados; a Meta 9, que foca nos benefícios do uso da biodiversidade; e a Meta 3, que foca nas áreas protegidas e conservadas.

Abaixo, apresentamos fichas síntese desses projetos, que abrangem todos os biomas do Brasil, sendo eles: o Projeto

ASL, sendo o seu terceiro apoio financeiros na Amazônia, totalizando juntos cerca de 100 milhões de dólares entre as suas 3 fases; dois projetos na Caatinga, o Áreas Protegidas da Caatinga (ARCA), que replica as experiências bem-sucedidas do Programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia – o maior programa de conservação em áreas protegidas do mundo) para um outro bioma, e o Conecta Caatinga, que abrange regiões não contempladas pelo ARCA, compostas por áreas privadas e áreas coletivas ocupadas por povos indígenas e comunidades tradicionais; um projeto apoiado pela filantropia internacional para realização de estudos em cerca de 12 milhões de ha da Amazônia, com vistas à destinação de florestas públicas; um projeto voltado à conciliação da conservação com a produção sustentável no Cerrado, que acolhe os desafios das médias e grandes propriedades produtoras de commodities; e um projeto voltado para recuperação da vegetação nativa e para implementação de sua política nacional, recentemente aprovada após atualização, o Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa.

6.1 Projeto Áreas Protegidas da Caatinga

Origem do Recurso: Fundo do Marco Global da Biodiversidade (GBFF).

Agência Implementadora: World Wildlife Fund (WWF-US).

Agência Executora: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).

Valor: US\$ 9,88 milhões.

Duração: 3 anos.

Objetivo: promover a conservação efetiva do bioma Caatinga por meio da expansão e consolidação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), aliado ao engajamento das comunidades locais. O projeto também visa apoiar a proteção de espécies ameaçadas, aumentar a resiliência da biodiversidade e melhorar os meios de subsistência das populações que dependem desse bioma. A Caatinga abrange mais de 844.000 km² em 9 estados, correspondendo a 11% do território nacional.

Metas da CDB associadas: 1, 3, 4, 5, 9, 11, 21 e 22.

6.2 Criação e Implementação de Áreas Protegidas e Identificação de Áreas Conservadas baseadas na Abordagem de Paisagens Integradas Sustentáveis

Origem do Recurso: Re:wild, Bezos Earth Fund, Wyss/Andes Amazon Fund e Moore Foundation (Iniciativa Protegendo o Nosso Planeta – Protecting our Planet Challenge).

Agência Executora: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Valor: US\$ 9,5 milhões.

Duração: 2 anos.

Objetivo: realizar estudos para apoiar a destinação de terras públicas não destinadas, o desenvolvimento de processos para a criação de Unidades de Conservação (UCs), o apoio a implementação dessas e de outras áreas pré-existentes, e a identificação de áreas conservadas. Com isso, o projeto busca contribuir com a ampliação de áreas protegidas e a governança territorial na Amazônia, em aproximadamente 12 milhões de ha, reconhecendo a relevância de territórios tradicionais de uso coletivo, da conservação da biodiversidade, e a contribuição dessas áreas para mitigação das mudanças climáticas.

Metas da CDB associadas: 3, 4, 8, 9 e 11.

6.3 Gestão Integrada da Paisagem para o Enfrentamento de Mudanças do Clima na Caatinga

Origem do Recurso: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Agência Executora: Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO).

Valor: US\$ 6 milhões.

Duração: 5 anos.

Objetivo: promover a gestão integrada da paisagem para combater as mudanças climáticas na Caatinga por meio de ações que incentivem: a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais (conectando áreas públicas e privadas); a conservação da biodiversidade; a recuperação da vegetação e dos corpos d'água; a capacitação e a comunicação. O projeto atuará em quatro componentes que buscam: fortalecer a governança socioambiental; promover a conservação e a gestão colaborativa de ecossistemas; estimular o desenvolvimento de uma sociobioeconomia de baixo carbono; e incentivar a inovação na gestão pública e nas políticas de sustentabilidade.

Metas da CDB associadas: 3, 5, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 21 e 22 e 23.

6.4 Paisagens Sustentáveis da Amazônia

Origem do Recurso: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Agência Implementadora: Banco Mundial.

Agência Executora: Fundação Getúlio Vargas (FGV Europe).

Valor: US\$ 8,56 milhões.

Duração: 5 anos.

Objetivo: promover a governança territorial comunitária e a gestão integrada de paisagens, promover a articulação entre entes das diferentes esferas da gestão pública para o fortalecimento de políticas federativas, fomentar soluções inovadoras de sociobioeconomia e ampliar a participação social com foco em jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais. O projeto concentrará seus esforços na região do Baixo Xingu, no estado do Pará, em áreas protegidas, terras indígenas, territórios quilombolas e assentamentos ambientalmente diferenciados.

Metas da CDB associadas: 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 16, 19, 21, 22 e 23.

6.5 Consórcios de Paisagem de Uso Múltiplo Sustentável no Brasil

Origem do Recurso: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Agência Implementadora: Banco Mundial.

Agência Executora: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

Valor: US\$ 24,3 milhões.

Objetivo: aumentar a área sob gestão sustentável sob restauração nas cadeias de valor da pecuária de corte e da soja em paisagens selecionadas no Cerrado brasileiro.

Metas da CDB associadas: 2, 10, 11, 15 e 21.

6.6 Restaura Biomas — Viabilizando a restauração em larga escala por meio da Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa no Brasil

Origem do Recurso: Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF).

Agência Implementadora: Conservação Internacional Agência Executora: World Resources Institute (WRI).

Valor: US\$ 14,6 milhões.

Duração: 5 anos.

Objetivo: trabalhar diretamente em atividades de apoio, em todos os biomas do Brasil, para a recuperação da vegetação nativa, alinhadas à sua Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa. O objetivo é conservar a biodiversidade, aumentar a resiliência do ecossistema e melhorar o bem-estar socioeconômico das comunidades locais.

Metas da CDB associadas: 2 e 6.



COP16
COLOMBIA
Paz con la Naturaleza

Apoio:



CAIXA

Realização:



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE E
MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO